



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1917093 - SP (2021/0013582-1)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
REQUERENTE : A. M. SERVICOS DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA
ADVOGADOS : RENATO MAZZAFERA FREITAS - SP133071
ALEXANDRE FELÍCIO - SP187456
REQUERIDO : DP BARROS - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO PORTO LAUAND - SP126258
MARIA ISABEL DE ALMEIDA ALVARENGA - SP130609
RENATA DOS SANTOS VALLILO GERADE - SP217383
RICARDO BARRETTO DE ANDRADE - DF032136
MARIA AUGUSTA ROST - DF037017
LUIZA FREITAS ROCHA DE SOUZA AMARAL - SP384886
GABRIEL SILVA CAMPOS - DF062948
ALESSANDRA FERREIRA DOS SANTOS - DF063061
INTERES. : CONSORCIO TIDP LINHA 17-OURO
INTERES. : TIISA - INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTOS S.A. - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
OUTRO NOME : TIISA - INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTOS S.A
ADVOGADOS : LEONARDO NERI CANDIDO DE AZEVEDO - SP296303
RAFAEL DE MELLO E SILVA DE OLIVEIRA - SP246332

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória formulado por A. M. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., nos autos do recurso especial interposto pelo ora requerido (fls. 358-373), contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Alega a requerente que o recurso foi "equivocadamente admitido pelo Tribunal *a quo*" (fl. 358) e, com isso, requer a "revogação da liminar que suspendeu o soerguimento do numerário depositado naqueles autos" (fl. 358).

Ao final, pede a "concessão do efeito suspensivo, para autorizar o levantamento pela recorrida/exequente do numerário penhorado" (fl. 359).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco

ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte requerente não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória pleiteado sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente